



| | | | |
|---------------------|---------------|-------------------|--|
| DIÁRIO DE NOTÍCIAS | | COMÉRCIO DO PORTO | |
| PORTUGAL HOJE | | DIÁRIO POPULAR | |
| CORREIO DA MANHÃ | | DIÁRIO DE LISBOA | |
| DIA | 27. FEV. 1980 | CAPITAL | |
| DIÁRIO | | TARDE | |
| A TRIBUNA | | | |
| PRIMEIRO DE JANEIRO | | | |
| JORNAL DE NOTÍCIAS | | | |

Parlamento disposto a suspender "Lei das rendas"

CDS anuncia lei-quadro da Habitação contendo medidas inovadoras

A hora a que encerramos a nossa edição tudo levava a crer, pelas tomadas de posição dos diversos partidos, que o Parlamento — ainda reunido — vai suspender a lei de arrendamento urbano, recusando a ratificação deste diploma de Mota Pinto que havia sido requerida por socialistas e comunistas.

Ao divulgar as razões da oposição do CDS àquela legislação, o deputado deste partido Anacoreta Correia viria, entretanto, a anunciar à Câmara que a sua bancada fará brevemente a apresentação de uma proposta de "Lei-quadro da Habitação", que definirá "os contornos do que deva ser uma política nacional de habitação eficaz, global, dinâmica e promotora de maior e melhor justiça e bem-estar social".

A filosofia desse projecto — conforme viria a esclarecer Anacoreta Correia — "assenta no pressuposto de que cada família tem direito a uma "habitação de dimensão adequada em condições de higiene e conforto que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar".

Ao adiantar algumas das propostas em estudo "que terão reflexos positivos e imediatos na situação do mercado de arrendamento", aquele deputado centrista considerou ser propósito do seu partido "criar alternativas que aliviem a pressão da procura de casas para alugar. Iremos — continuou — sugerir medidas tendentes a facilitar a aquisição de habitação própria tanto em novas construções como em edifícios já existentes, criando esquemas de financiamento adequados, quer aos rendimentos familiares, quer ao tipo e características das habitações a adquirir".

"Daremos particular ênfase — prosseguiu — à possibili-

dade de aquisição, por transformação em propriedade horizontal, de imóveis com rendas degradadas, induzindo os respectivos proprietários a reinvestir no sector através de sociedades de investimento imobiliário, que assegurem a actualização dos rendimentos do capital aplicado".

Por outro lado, o CDS apetece também propostas susceptíveis de alcançar um embaratecimento do custo da construção, quer pela sugestão de atitudes com repercussões no domínio do planeamento urbanístico e no consequente combate à especulação fundiária, quer pelos incentivos e apoios a conceder à indústria de construção civil".

"Atenderemos, também — acrescentou Anacoreta Correia — à situação dos senhorios lesados com o actual congelamento das rendas. Estarão presentes no nosso espírito todos quantos aplicaram na habitação as economias de uma vida inteira de trabalho e sacrifícios na expectativa de recolherem rendimentos que lhes permitissem encarar com desafogo e bem-estar os últimos dias da sua vida e todos quantos não possuem outras fontes de subsistência".

Segundo o deputado não será igualmente ignorada a ideia de que "a casa é apenas um elemento do sistema, que deve inserir-se em comunidades onde sejam correctamente satisfeitas as necessidades básicas de serviços de infra-estruturas, de equipamento social e de transportes públicos".

Anteriormente Anacoreta Correia dissera que "a persistência de situações de exploração e injustiça de que foram vítimas inquilinos e senhorios" teve por causa a política habitacional de Vasco

Gonçalves e que o diploma de Mota Pinto — agora suspenso — "é na inspiração e na essência de paternidade socialista", já que a equipa do IV Governo que dele foi responsável integrou também o I Governo de Mário Soares.

No período da ordem do dia da sessão de ontem fora também já confirmado na generalidade o diploma sobre De irinuição e Coorderação da Administração Central, Regional e Local relativamente aos respectivos investimentos, que fora vetado anteriormente pelo Presidente da República. A referida lei descerá agora à comissão encarregada do reexame do seu articulado para alterações de especialidade.

Antes da ordem do dia, o Parlamento escutou uma intervenção política de Medeiros Ferreira, no decorrer da qual o deputado reformador reafirmou princípios contidos no Manifesto Reformador.

CUNHAL REGRESSA AO "GOLPE PERMANENTE"

Medeiros Ferreira expressou nomeadamente a "solidariedade política" da sua bancada para com "a maioria de que faz parte", mas antes sublinhara que os reformadores "não fazem parte da Aliança Democrática", o que não deixa de constituir um paradoxo verbal. O deputado diria, a propósito, que a sua associação à fórmula política consagrada na AD destinou-se a contribuir "para a obra de consolidação do regime democrático".

Relativamente à questão da política externa, Medeiros Ferreira, salientou os "esforços delicados e patrióticos empreendidos pelo Presidente da República", dizendo também que "vitalmente interessado na defesa do mundo ocidental e atlântico, Portugal não pode porém alienar a sua capacidade de julgamento sereno das situações e muito menos perder a sua liberdade de acção externa".

No decorrer da sessão, António Cabecinha do PSD viria a condenar a presente actuação da Intersindical nos meios laborais. Considerando que as suas recentes manifestações "resultaram em manifesto fracasso", o deputado acrescentaria que a actual estratégia comunista "é semelhante à que vivemos entre o 11 de Março e o 25 de Novembro", tentando o PC "petala luta de classes, a deterioração sistemática da economia", o que terá como "consequência o enfraquecimento do poder de compra dos trabalhadores".

No mesmo sentido, o CDS

emitiu também um comunicado, no qual condena a estratégia do PC que "lança mão de lutas sindicais e reivindicações despropositadas, e de ameaças gravíssimas ao próprio regime democrático" feitas por Cunhal que "parece mesmo ressuscitar o "espírito de golpe permanente". Tal arrogância, o CDS atribui-

buí-a ao "resultado da consciência que esse partido tem" de que o Governo da AD constituirá a oportunidade de o povo português recuperar "tudo aquilo que o PC indevidamente expropriou, ocupou e colonizou...".